ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA NA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

1965

ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA NA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Conferência pronunciada no Instituto Militar de Engenharia, em maio de 1965, a convite da Campanha de Divulgação de Empreendimentos Brasileiros

I — O DESCOBRIMENTO. A CONQUISTA E O DOMÍNIO DO ESPAÇO. A MARCHA DA FRONTEIRA. O CASO DO ACRE.

O Processo de revelação da Amazônia não obedeceu, no seu início, às linhas clássicas a que nos habituamos no Brasil. Não principiou pelo Atlântico nem foi emprêsa portuguêsa. Principiou pelo Pacífico e foi façanha de espanhóis. Francisco de Orellana e Pedro de Úrsua, vindos do Peru, e a Amazônia era, a êsse tempo como decorrência do diploma de Tordesilhas, parte integrante do grande espaço sulamericano que já compreendia o Vice-Reinado do Peru, desceram o rio, ruma ao Atlântico e dêste e de suas paisagens dando conta nos relatos que escreveram companheiros de jornada e de drama.

A Conquista, todavia, essa já constituiu página severa, autêntica, de portuguêses e ancestrais, brasileiros do Nordeste, que tiveram de haver-se durante cêrca de 30 anos com a ação de holandeses e inglêses que teimavam em ficar nas feitorias e casas fortes que haviam levantado, ao longo da costa do Macapá, Ilha do Marajó, zona dos estreitos e vale do Xingu. A porfia foi áspera. Compôs, mesmo, página de bravura, de que participaram também, como aliados daquêles pioneiros, isto é, portuguêses e mestiços nordestinos, Religiosos Franciscanos de Santo Antônio, cuja ação catequista valia na hora áspera do entrevero.

O núcleo do Presépio, núcleo militar e núcleo urbano, hoje o Castelo e Belém, comandou a penetração que não cessou durante mais de meio século e se fêz em direção norte buscando a Guiana; em direção sul, pelo Tocantins, buscando o Brasil-Central; em direção oeste, até o Solimões e pelos afluentes das suas margens, o Xingu, o Tapajós, o Madeira, o Negro, o Branco, o Japurá, o Içá, cobrindo um gigantesco espaço em estado de natureza, que custa crer tenha sido alcançado com tanta velocidade, com tanta decisão e com tão pouca gente. Sim, porque no "rush" que se realizou, o contingente humano mobilizado contou-se por menos de um milhar de homens, estranhos á região, e que tiveram a ajudá-los, e isso é que explica a amplitude da façanha, a multidão indígena, primitiva, mais ou menos dócil, que serviu para conduzir, identificar o meio e dar base segura à sociedade que começava a elaborar-se.

A obra dos catequistas, Franciscanos de Santo Antônio, Jesuitas, Carmelitas, Mercedários, Franciscanos da Beira e Minho,

Frades da Conceição, foi igualmente empolgante. Dezenas de núcleos, onde reuniam a indiada, pacificando-a e incorporando-a a um novo sistema de vida, surgiram por diligência dos Missionários. É comum mesmo, nos textos sôbre a dinâmica da conquista da Amazônia, atribuir-se-lhes a palma do sucesso, de certo modo menosprezando o que se deve aos colonos ousados, pioneiros, sertanistas tão cheios de serviços como aquêles de São Paulo, que dilataram a fronteira e já, no século XVIII, estavam presentes também na Amazônia. A conquista espiritual, é preciso deixar bem claro, não impediu o conflito armado com outros concorrentes. Uma política de preservação, pela presença do estabelecimento militar e da fôrça armada, se fêz constante desde os primeiros momentos. A rêde de fortificações, a medida que avançava a conquista, pontilhava o "hinterland", assegurando soberania, assinalando o domínio.

Com Pombal, a estabilidade fêz-se definitiva. A fronteira, do diploma de Tordesilhas, perdera importância. A fronteira dinâmica que missionários, soldados, colonos e índios aliados ou incorporados empurraram sem cessar, alcançara o Orenoco, o Napo e o Oiapoque. Para atribuir-lhe o fundamento e a justificativa jurídicos, procedeu-se a inquérito regular, ouvindo os que a haviam deslocado e criado. A documentação é farta, impressionante e nos atribuia, se aceita no debate dos Gabinetes políticos da Península, um espaço ainda maior do que o dos dias atuais. Os tratados de Madri, Santo Ildefonso, os Laudos de Berna e Roma, os Diplomas de Petrópolis e Lima, deram legitimidade ao espaço do sertanismo e à marcha da fronteira, que deu tanta grandeza à formação norte-americana, nos haviamos antecipado àquela página do "destino manifesto", que fôra o lema justificativo do "rush" em direção a oeste do pioneirismo nortista.

O episódio do Acre, que equivale, a certos aspectos, ao episódio do Texas, completou a expansão, em sua contextura externa. Como no episódio colonial, emprêsa de lances sensacionais, realização quase anônima de humildes nordestinos, cearenses principalmente, que enfrentaram a floresta e mantiveram em novas áreas, nos vales do Purus-Acre e do Juruá, com os seringais, a fronteira final. A sorte das armas, para que tivemos de apelar em face da reação boliniana e peruana, foi-nos simpática. O esfôrço tranqüilo dos seringueiros não perdera impeto nem tampouco fôra ignorado. A seiva do litoral chegara ao mais distante do sertão áspero.

É momento de recordar, a propósito, que, se houve, no extremo-sul, uma luta incessante para que as terras de São Pedro do Rio Grande permanecessem brasileiras, êsse mesmo tipo de história foi escrito nas selvas amazônicas com bravura e decisão de um nacionalismo que se afirmava de maneira tão evidente. A fronteira política estava concluida na sua arrumação externa. Era preciso promover, no entanto, para completá-la e torná-la realmente efetiva, a sua arrumação interna.

II — O DOMÍNIO EFETIVO COMO EMPRÊSA HUMANA. O PROBLEMA DA HABITABILIDADE. O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO.

O espaço amazônico, à chegada dos eurupeus, não era um deserto. Multidões de primitivos possuiam a terra e as águas, nelas realizando uma vida que refletia o conhecimento exato das coisas e de tal modo intenso êsse conhecimento que foi da ciência de que se orgulhavam que se valeu a inexperiência dos alienígenas, para identificar a natureza estonteante.

Ora, se êsse espaço amazônico já se via dominado, mesmo com a técnica primária dos primitivos, é que nêle podiam viver também outros homens, desde que se esforçassem e se dispusessem a aceitar o rigorismo do meio físico, à primeira vista também hostil. O problema a examinar, portanto, não é o da possibilidade da ocupação humana da Amazônia, mas de quais os tipos humanos nela se poderiam instalar para elaborar um sistema de vida que não fôsse apenas aquêle do regime tribal e da utilização imediatista e simplista dos recursos naturais que a técnica e o instrumental bisonhos autorizassem. E nêsse particular, qual terá sido a resposta da Amazônia, depois de 300 anos de ocupação por contingentes humanos que não se constituem mais de primitivos?

O drama da ocupação do espaço amazônico vale como uma resposta muito expressiva aos que negam os trópicos e pretendem que nêles não seja possível a permanência do homem branco, a elaboração de uma sociedade progressista e a realização de sistema de civilização nos moldes dos sistemas ocidentais.

Sendo parte integrante do trópico, não terá condições senão para permitir ensaios, tentativas, esforços de resultantes precárias, passageiras, experiências fadadas a insucessos. A insalubridade, compondo o fundo do quadro nosológico, a hostilidade do meio físico, um clima negativo, seriam as fôrças telúricas impeditivas de êxito. A tese é aplaudida e é negada. A lição que se colhe, no entanto, do domínio total que o homem vem alcançando no mundo tropical é bastante severa e elucidativa. Não permite mais aquela conclusão apriorística que esconde propósitos políticos de povos que desejaram, com a prática do colonialismo, manter, senão em estado de natureza, terras e multidões sob o seu jugo, mas sem a possibilidade da formulação de aspirações nacionais, capazes de levar ao **status** da liberdade. Na verdade não possuia a marca da verdade científica. Porque a grande realidade é que, nos trópicos, há que viver nos trópicos, sem querer que nêles se faça a vida das regiões não tropicais, portanto acomodando-se o homem a certas imposições que êles, por suas peculiaridades e feições típicas, condicionam, sem que nessa acomodação se mantenha como um vencido, sem impor a sua vontade e as suas necessidades.

A tese, sem mais crédito, principalmente se atentamos para o gigantesco instrumental de que dispomos hoje para vencer dis-

tâncias, ambientes difíceis, situações que pareciam impossíveis de modificações, com a técnica avançada para realizar os estilos de vida que desejamos, a tese vem de muito longe. Não é momento para recordá-la nas minúncias. Será bastante lembrar o que ocorreu, não com a África e o próprio Oriente distantes, esquecidos, os que os negam, do quanto os dois mundos nos legaram como fórmulas de filosofia e tôdas as implicações dela decorrentes, mas com a América, como ainda há pouco Antonello Gerbi, em "La disputa del nuevo mundo", assinalava com tanta riqueza de detalhes. Uma civilização refinada, debatera-se e sustentara-se nos círculos científicos dos séculos XVI a XVIII, seria impossível construir-se nas terras que Colombo revelara. O debate incluia os nomes mais prestigiosos em seu tempo e, porque não dizer, muitos dêles ainda hoje proclamados como autênticas expressões da alta Cultura Humana e da indagação científica. O desenvolvimento acelerado, que se constata hoje por tôda a Sulamérica, não é uma admiravel lição de operosidade construtiva, uma autêntica comprovação de que tôda aquela negação ingênua era sem fundamento?

Djalma Batista, em ensaio da maior lucidez, sôbre o problema de habitabilidade da Amazônia, de recentíssima publicação pelo INPA, procedeu à análise da tese. Considerou os dados demográficos, os dados raciais, os dados pisicológicos, os dados nosológicos, os dados climáticos, a alimentação e ecologia a formação econômico-social, as lições da experiência, os caminhos a percorrer, para concluir que se realmente "o meio tem agido desvantajosamente sôbre o homem, êste tem sido um depredador constante do ambiente"... E seguindo na mesma ordem de idéias de Bates e de Oliveira Boleo, que também se detiveram no exame do problema, não restrito à Amazônia, mas a todo o mundo tropical, contesta com dados colhidos na vasta literatura específica regional e no que a própria pesquisa promovida pelos órgãos especializados com assento na região, INPA, Instituto Agronômico do Norte, Instituto "Evandro Chagas", FSESP, já apurou, realística e objetivamente — a vulnerabilidade daquela afirmativa apressada ou cavilosa. A generalização dos trópicos, fórmula arrojada e improcedente em têrmos de observação e conclusão científica, naqueles aspectos negativos por que tem sido apresentada, não pode, no tocante à Amazônia, ter a evidência de ser a certeza que se pretendeu. O clima, que não é o fatos de correção que muitos supuseram, não possui realmente, as características do "glorious climate", como dêle disse, com bonomia excitante, o grande Bates, que durante uma década viveu em Tefé, no Solimões. Não constitui, no entanto, embaraço à vida e às mudanças culturais. As chamadas doenças tropicais não têm provocado a mortalidade que incapacitaria a região para que nela brancos e mestiços podessem exercitar atividades criadoras e permanentes. Todo um amplo serviço de medicina, preventiva ou não, devidamente mobilizada, vence-as, sem nenhuma dúvida. E se é verdade inconteste que há elevada taxa de mortalidade infantil, se há enfermidades que perturbam a vida, é que os podêres

públicos federais e estaduais que não têm estado presentes com a assiduidade necessária nas campanhas sanitárias que iniciam e abandonam. Nasci em Manaus. Minha senhora também. Meus cinco filhos são igualmente amazonenses... Jamais qualquer um de nós teve malária. Quando criança tive tifo. Não em Manaus, mas no Rio de Janeiro, em Copacabana, Rua Hilário de Gouvêa, onde morava com meus pais.

A grande enfermidade que estiola as populações amazonenses não é, porém, a malária, nem o mal-de-hansen, mas a alimentação deficiente e sôbre a qual Araújo Lima, em livro famoso, pioneiro no gênero, nos deu páginas primorosas em que indicou a necessidade de uma política alimentar que lhe parecia fundamental para qualquer processo definitivo de integração do homem na Amazônia.

Não se pode atribuir à alimentação pobre, no entanto, a responsabilidade total no processo lento de ocupação do espaço, por uma população que não vem crescendo com a velocidade por que ela ocorre no Nordeste, por exemplo. As enfermidades a que me referi acima são ponderáveis nessa responsabilidade. Há cêrca de cinco anos, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, então sob minha chefia, procedeu a rigoroso inquérito sôbre as condições em que viviam as populações radicadas em Codajás, no Solimões. Procedeu á uma amostragem, evidentemente. Os resultados a que chegou, devo esclarecer, publicados na "Revista Brasileira de Geografia", evidenciaram que os índices negativos, representados em alta dose de enfermidade, eram impressionantemente elevados. Pràticamente não havia, naquele núcleo, uma só pessoa sã... E o pior é que os recursos médicos não existiam. A política sanitária do Estado não funcionava porque, realmente, nem fôra fixada. O quadro era, efetivamente, calamitoso. Quando assumi o Govêrno do meu Estado, desejo que saibam, encontrei no interior apenas um médico — o médico militar da guarnição de Tabatinga. O FSESP que se afirmara, em passado não muito distante, numa esplêndida realização de saúde pública, entrara em recesso. Seus hospitais e postos métidos estavam fechados. Vão ser reabertos, para o que já foi firmado convênio com o Estado... Será a solução? Não será a solução, é claro, mas já um retorno a uma fase de trabalho capaz de poupar mais vidas e assegurar mais segurança no crescimento populacional.

Leio, em recente e interessantíssimo estudo dos Drs. Luís Scaff, Juvêncio Gueiros e Geraldo Bentes, que das chamadas doenças de massa, as que mais incidem na Amazônia são a filariose e a bouba, a esquitossomose, a helmintose, e o tracoma. É preciso esclarecer, porém, que são doenças que proliferam pelo Brasil inteiro, sem exceção, não se podendo, portanto, limitá-las á Amazônia como se fôssem peculiaridade regional.

Recente encontro realizado em Manaus, entre especialistas brasileiros e peruanos, a propósito da malária, traçou os planos da recuperação de vasta zona de fronteira, capaz de impedir qualquer

surto da endemia, com o que se dá mais um passo na política exata visando a diminuir a mortalidade.

A população amazônica, representada, grosso modo, por elementos mestiços, teve a composição colonial comum às outras regiões brasileiras. Em meados do século XVIII foi acrescida por contigentes açorianos. Depois da independência, cresceu com a entrada dos contigentes nordestinos, em particular cearenses. A revelação dos grandes rios da borracha, ocorrido justamente nessa fase, foi operação que realizaram intensamente — rios Xingu, Tapajós, Madeira, Purus-Acre, Juruá. Jamais se procedeu ao inquérito que positivasse o número dêsses imigrantes. No Acre, no momento em que se decidiu de sua incorporação ao Brasil, talvez somassem cem mil. No decorrer de recente conflito mundial, 35.000 nordestinos chegaram à Amazônia para a chamada "batalha da borracha".

Os contigentes estrangeiros não participaram da grande aventura. As tentativas que ocorreram não alcançaram sucesso maior — franceses, espanhóis, norte-americanos, chineses, instalados aqui e ali em pequenos núcleos coloniais, pouco ou nada significaram. Não deixaram marca visível. A experiência norte-americana em Santarém, depois da Guerra de Secessão, não alcançou qualquer êxito. O que dela resta não tem a menor significação. A experiência japonêsa, das últimas décadas, essa, sim, tem produzido frutos explêndidos. É pequena, no tocante dos algarismos que a representam. Mas os resultados que está produzindo são magníficos. Os que dêles descendem são brasileiros 100%, nenhum problema tendo creado até hoje para sua integração.

O esfôrço para a ocupação permanente da Amazônia vem sendo, dêsse modo, um esfôrço brasileiro, de mestiços. Os algarismos que o indicam são êstes:

1820	— 94.802
1890	— 476.370
1900	— 695.112
1920	— 1.226.332
1940	— 1.301.174
1950	— 1.637.372
1960	— 2.601.519

Serão suficientes êsses brasileiros, na sua descendência, para manter sob soberania brasileira o espaço imenso? O crescimento vegetativo representará uma segurança? Na hipótese de têrmos de abrir as portas do extremo-norte a outros contigentes exóticos, como proceder? Agora mesmo, um grupo de famílias indianas católicas, pretende, sob os auspícios de organizações internacionais, destinar-se à Amazônia, e a Tefé, cuja Prelazia deseja recebê-las. No Japão, creado o problema dos mestiços, fruto da presença norte-ameri-

cana, também há propostas para que se destinem à Amazônia. Deverão ser aceitos? E no caso afirmativo, vencedora a tese de que é preciso ocupar o mais ràpidamente a Amazônia, como proceder para que não se transformem em pontas de lança capazes de levar à desnacionalização daquele mundo ainda em gênesis ?

Pelo censo de 1950, dos 1.844.655 habitantes da região, 1.825.962 eram brasileiros natos e apenas 18.693 eram estrangeiros ou naturalizados, 18.289. Em 1960, o censo informava, os habitantes totalizavam 2.601.519, o que vale dizer, 3,67% da população brasileira. A densidade demográfica por quilômetro quadrado não passava dos 0.73. No Território de Roraima, por exemplo, essa densidade, tendo em vista os seus 230.104 km², é apenas de 0,13 habitantes, ou sejam 10 km² por um habitante...

Tais populações escassas, que preservam a soberania brasileira sôbre 3.554.002 K², ou sejam 42% da superfície do Brasil, vivem á margem dos rios, nas várzeas e muito pouco nas terras firmes. Compõem não uma sociedade marcada por uma atividade específica, única e ponderante. Pela variedade por que se processa a aventura econômica, os gêneros de vida são variados e típicos. Assim, encontramos não a sociedade de agricultores ou de pastores, mas, além dessas, a dos extrativistas, a mais sensível nùmericamente e expressiva no tocante á importância do poder econômico; a dos pescadores e dos mineradores. Não são urbanos, outra de suas características, vivendo freqüentemente nos pontos de pesca, nos seringais, nos castanhais, nos jutais, nas fazendas de criar, nos arraiais de mineração.

Como as demais populações brasileiras do interior, das áreas de agricultura ou de creação, não dispõem do material necessário para criar-se um **standard** de vida digno. Têm crescido um tanto ao Deus dará, marginalizadas, limitadas nos propósitos e nos anseios, desassistidas pelos podêres públicos, é preciso registrar, desvinculados daqueles impulsos que levam às grandes mudanças culturais, sociais, econômicas e políticas. Desconhecem a politicação, que significa progresso e capacidade para dirigir-se conscientemente pela escolha de lideres autênticos. No primarismo por que se realizam ainda, por isso mesmo, cedem às promessas enganadoras de aventureiros que anunciam horas menos difíceis e perspectivas menos distantes.

Ora, se essas sociedades assim se mantêm através do tempo e do próprio espaço gigantesco, que poderiam ter elas realizado, enfrentando florestas e águas infinitas? Haverá, com gentes tão desafortunadas, em meio tão edificante, tão vigoroso, um domínio efetivo da Amazônia? A emprêsa econômica permitirá, compreendida como esfôrço criador, a resposta à dúvida? O assalto à floresta, a experiência agrária, e as tentativas de industrialização serão, efetivamente, operações que indiquem e justifiquem a presença humana e não apenas a presença humana, mas representando um êxito dessa presença

O DOMÍNIO EFETIVO COMO EMPRÊSA ECONÔMICA. O ASSALTO À FLORESTA. A EXPERIÊNCIA AGRÁRIA. A TENTATIVA DE INDUSTRIALIZAÇÃO na Amazônia

A Amazônia começou a viver a serviço do Ocidente, como centro produtor de matérias-primas para o desenvolvimento mercantil e industrial dêsse mesmo Ocidente, no século XVII. Gigantesco empório de especiaria, que começava a ser desviada, no Oriente, das mãos dos portuguêses que a haviam lançado em circulação, para as dos que concorriam com êles na disputa econômica e política para a formação de impérios coloniais, a ela se dirigiu o interêsse imediatista de quantos viram, nas riquezas de suas florestas e de suas águas, as mercadorias que revolucionavam o paladar, a farmacopéia, ou valiam como esplendida contribuição do nosso mundo ao bem-estar humano. A disputa em tôrno à soberania, a prevalecer foi uma disputa viva, de lances heróicos, que terminaram com a supremacia luso-brasileira. Todo o empossamento, no período colonial, do imenso espaço amazônico que os sertanistas, os militares, os religiosos e as autoridades civís realizaram, foi, assim, uma resultante dessa luta e dessa preocupação de obter a famosa "droga do sertão" para satisfazer às solicitações do Velho Mundo, que a ela se habituara e a reclamava sem cessar.

O primeiro ciclo do processo econômico do Amazonas marcou-se por uma corrida incessante à floresta, o que nos foi assegurando uma base física bastante ampla e permitiu que a formação política, social, econômica e espiritual do extremo norte apresentasse certas peculiaridades que o distingüissem na paisagem brasileira.

A emprêsa agrária que se seguiu e resultou da compreensão de que havia necessidade de dominar o meio, não apenas pela coleta, pela exploração impiedosa, predatória, da floresta, mas pela educação da terra, nela se afirmando o colono pela lavoura das mesmas espécies, obteve sucesso surpreendente. E o cacau, o algodão, o café, o fumo, a cana, como os gêneros alimentícios, plantados por todo o vale, deram uma fisionomia nova à região. Foi essa a primeira grande hora da Amazônia, na obra de sua dominação pelo homem que vinha da Europa, chegava do Nordeste ou crescia demogràficamente por obra da política admirável de relacionamento amoroso entre o ádvena e a mulher da terra.

Aquela conclusão apressada ou intencionalmente afirmada de que os espaços tropicais eram impróprios à vida humana ou às tarefas da civilização européia, foi sendo desmentida ou ultrapassada, desmoralizada pelos exemplos que se colhiam a tôda hora e valiam como um convite a novos empreendimentos.

A sociedade amazonense que se estruturou na luta contra o meio, dêle valendo-se mas contra êle atirando-se no objetivo de possuí-lo, vencendo-o, nem por que tivesse alcançado grande sucesso na tarefa da agricultura e do criatório, deixou de empolgar-se pela aventura do extrativismo, sob cujo signo ensaiara os primeiros passos e se definira no quadro das populações que construiam o

Brasil. E à solicitação dos grandes mercados da Europa e dos Estados Unidos, que se dinamizavam em amplos parques industriais, a floresta voltou a ser atacada, numa frente de batalha que envolveu tôda a região e trouxe ao Brasil a posse física de novas áreas, até então só de leve assinaladas na cartografia e só a espaço penetradas pelos pioneiros. O seringueiro, extrator de gomas, como um sertanista de envergadura, repetindo os feitos memoráveis da epopéia bandeirante, ampliou a fronteira, tanto a econômica como a política. Quando os homens de Estado, preocupados com as tarefas de aprimoramento das instituições políticas, tomaram consciência do fenômeno amazônico, tôda uma admirável obra de conquista mansa fôra realizada, silenciosamente, com frutos financeiros que permitiram à nação o início de sua grande política do desenvolvimento material. O Brasil crescera pela iniciativa corajosa de seus filhos. O nordestino repetia, em pleno século XIX, a façanha admirável da epopéia bandeirante de setecentos e oitocentos. O Brasil amazônico relacionava-se com o mundo internacional dos negócios. Mais: estabelecera uma vasta rêde de ligações mercantis com os países vizinhos, pelas águas comuns da bacia hidrográfica. Cregara à Bolívia, ao Peru, à Colômbia, ao Equador, à Venezuela, vencendo as dificuldades opostas pela própria natureza.

O intercâmbio mercantil era intenso. A legislação impulsionadora dessa aproximação, decretada na oportunidade, vinculou-nos de fórma prática, objetiva, como se ambiciona hoje, àquelas nações amazônicas, pondo têrmo ao isolamento e proporcionando a prática de um regime da boa vizinhança que se definira em fatos reais e não apenas em apreciações ou soluções líricas.

É evidente que tudo fôra realizado sem planejamento, sem programas, como emprêsa privada, a que o Estado assegurava condições de segurança. Os investimentos se haviam feito numa movimentação de capitais trazidos de fora ou obtidos no rendimento do próprio negócio da extração das gomas. Manaus e Belém, enriquecendo-se na sua contextura e na sua fisionomia urbana, representavam a primeira admirável modernização de nossas cidades. A contribuição dos homens da Amazônia para as rendas federais ultrapassava a de todos os demais brasileiros.

A imprudência de alguns, a euforia demasiada de todos, a ausência de um programa que aproveitasse aquêle rendimento crescente, foi, porém, fatal. E á emigração das heveas, tratadas nos jardins de aclimação, estudadas nos laboratórios de alta montagem do Velho Mundo, e por fim levadas ao Oriente, onde, sob o sistema colonialista vigente foi possível realizar a formação de enormes seringais de plantação, registrou-se, na base de uma competição a que não podíamos resistir, tremenda crise que abalou a economia regional com as mais graves repercussões na própria economia nacional. Essa a história do processo econômico da Amazônia.

Na etapa que estamos vivendo, os homens de emprêsa da região, aos incentivos oficiais, procuram libertar-se daquela economia

predatória, que valeu como a mais eloqüente demonstração de que os nossos recursos naturais, tratados com integral desamor, não serviam senão para satisfazer mercados externos, como produtos primários. Para tal, tentam o aproveitamento local dessa matéria prima no esfôrço de promover o primeiro momento do que poderíamos um tanto ousadamente, denominar de nossa "revolução industrial". Sim porque, com um ímpeto que merece registro, os homens de emprêsa da Amazônia montam seus estabelecimentos fabris, do negócio participando o capital do sul do país, agora incentivado pela legislação que permite e garante essa participação, tão cheia de interêsse, inclusive aquela de melhor fortificação dos laços da unidade nacional.

O DOMÍNIO EFETIVO E A RÊDE DE CIRCULAÇÃO

Por suas características especiais de mundo singularizado pela imensa bacia hidrográfica do Amazonas e seus afluentes, a Amazônia tem tido o seu processo de ocupação e de desenvolvimento ligado, preferentemente, ao sistema de vias navegáveis. Foi assim no primeiro período da conquista. É ainda assim nos dias atuais. Começa-se, todavia, a vencer a pressão dessas vias navegáveis, que prenderam os homens às suas margens, abrindo o caminho na terra firme para as relações e comunicações entre núcleos distantes ou para levar a própria Amazônia aos centros mais prósperos da civilização brasileira. A Belém-Bragança serviu de experiência, admirável experiência que permitiu a ocupação de uma vasta área interior, no Pará, onde se fêz lavoura, onde se criou uma dezena de municípios e se fêz nascer o maior centro demográfico daquele Estado. Ora, se a experiência foi tão generosa nos seus resultados, por que não continuá-la para novos êxitos? O prosseguimento da Belém-Bragrança, em direção a São Luís, é necessária. A Belém-Brasília já não pode mais ser alvo de restrições senão dos que teimam em ignorar-lhe a função civilizadora. A Macapá-Clevelândia pretende assegurar a rapidez de comunicação com uma fronteira distante, por vêzes agitada e até hoje não definida senão no texto de um diploma internacional.

A Manaus-Itacoatiara, que é a primeira rodovia no Amazonas, a ser inaugurada a 5 de setembro próximo e há quase 18 anos iniciada e só agora, por decisão nossa, dinamizada na sua construção e no aceleramento, importa, como a Belém-Bragança, na ocupação da terra firme, atraindo possibilidades no povoamento interior e á produção de alimentos tão escassos e tão necessários.

Euclides da Cunha sonhou um dia com a ligação dos vales do Purus-Acre e Juruá, no Território, hoje Estado do Acre. Seria a Transacreana. O projeto foi ampliado e já se realiza a ligação entre o Acre e São Paulo, por uma rodovia que revelará áreas florestais, campos, áreas novas que convidam á ocupação humana, rodovia que estabeleceu o trânsito e o relacionamento entre os pontos mais ásperos e os núcleos mais prósperos da vida brasileira.

Por fim, uma nova rodovia deve ser enfrentada, pelo que importa para a integração da Amazônia — A BR. 29 que, partindo de Manaus, alcançará Caracaraí, e daí irá a Boa Vista no Território de Roraima. Seus objetivos não servem apenas àqueles das outras rodovias, mas aos da própria segurança nacional. Porque porá fim ao isolamento daquele Território, e o libertará do perigo de vincular-se à Venezuela e à Guiana Britânica, pela relativa facilidade que oferecem como mercado e centro de interêsse às desventuradas populações brasileiras que teimam ali em permanecer brasileiras. É essa, portanto, rodovia que está exigindo atenção especial do poder público federal, pela importância política que possui e a define. Não pode nem deve ser posta em segunda prioridade, visto que importa profundamente, insisto, no exercício da soberania da Pátria em longo trecho de sua ampla fronteira norte.

O DOMÍNIO E A AÇÃO POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO

Todo o esfôrço por ocupar e mobilizar a Amazônia, como estamos vendo, exceção o período de Pombal, quando de certo modo programou o govêrno português um vasto empreendimento visando ao exercício menos áspero de sua soberania, é o da iniciativa isolada das próprias populações locais. O sucesso que por momentos cobriu êsse esfôrço, compensou pouco. Com a emigração das heveas e a implantação, no Oriente, da produção de borracha, sentiu o Brasil que um dos elementos construtivos do binômio borracha-café, que sustentava econômica e financeiramente o país, permitindo-lhe as reformas materiais que se operavam, estava perdido se não ocorresse uma política de Estado, imediatista e de sentido global. Tal política foi objeto de lei no Congresso Nacional, sob a denominação de Valorização da Borracha. Criou-se um órgão que comandaria o empreendimento, que compreendia não apenas a heveicultura, mas saneamento, colonização, imigração estrangeira e nacional, financiamento, meios de transporte, mudança enfim, de tôda a estrutura social e econômica da região. O plano elaborado era extensa e, se executado, teria garantido ao Brasil uma Amazônia realmente em novas dimensões. Por incrível que pareça, decorrido, porém, um ano de lançamento do plano de ação, do Orçamento da União não constou mais a dotação pertinente.

Em 1953, após anos de debates e pronunciamentos no Congresso, e em obediência a dispositivo constitucional, que mandava aplicar anualmente, durante 20 anos, 3% da renda tributária da União, Estados e Municípios beneficiários, em planos qüinqüenais de valorização, criou-se órgão próprio, S.P.V.E.A., com aquela finalidade específica. Já no decorrer da guerra organizara-se o estabelecimento creditício, o Banco da Borracha, posteriormente transformado em Banco de Crédito da Amazônia, destinado ao financiamento de produção regional.

Um Programa de Emergência foi posto de pronto em execução. O primeiro Plano Quinquenal, elaborado por uma Comissão de

Planejamento, integrada por 15 membros, sob a presidência do Superintendente, enviado ao Congresso na época marcada em lei, isto é, 6 meses após a divulgação do Programa de Emergência, até a presente data não mereceu a honra da aprovação ou da rejeição. E já decorreram dez anos, notem bem — dez anos!

Pretende-se, através dêle, que está divulgado em dois grossos volumes, disciplinar a solução da problemática amazônica, para impulsionar o extremo-norte dentro de um sistema que melhor fortaleça a coesão das regiões, e seja instrumento capaz de contribuir para que as desigualdades regionais percam a fôrça desagregadora que possuem e são tão prejudiciais á unidade nacional. Pretendeu-se, através dêle, responder à grande dúvida acêrca da possibilidade de criar-se uma área de civilização avançada nos trópicos úmidos brasileiros.

Convém registrar que, nesse particular, complementando a SPVEA, o Govêrno Federal criou também o Instituto Nacional de Pesquisas de Amazônia, que deve proceder ao inventário realístico da região para que deixe de realizar-se, como uma aventura, a exploração racional da floresta, do solo, do subsolo e das próprias águas da bacia hidrográfica. O Instituto Agronômico do Norte, montado no período da guerra, é outro instrumento necessário nessa tarefa de ciência e de tecnologia. Também criado e mantido pela União Federal e com serviços relevantes prestados na emprêsa de inventário das possibilidades naturais da Amazônia. Ambos, essenciais, fundamentais a qualquer operação que vise assegurar êxito á obra de maturidade brasileira no domínio efetivo da Amazônia.

A êsse tempo, a UNESCO programara a instalação, em Manaus, do Instituto da Hiléia, que pareceu uma espécie de organismo que serviria a propósitos de tirar à soberania brasileira o seu exercício e o seu domínio pacífico e centenário. O INPA, constituído, por determinação presidencial, pelo Conselho Nacional de Pesquisas, então sob a presidência do Almirante Álvaro Alberto, que lhe deu tôda a assistência, mais tarde restringida inexplicàvelmente, como o I.A.N. e o Instituto de Patologia "Evandro Chagas", lutando com a desventura da falta de recursos financeiros e de equipes especializadas em quantidade suficiente para o cumprimento de seus programas de trabalho, mesmo assim realizam tarefa de alta importância, que a nação precisa conhecer no momento exato em que se pretende ignorá-los para favorecer instituições estrangeiras que talvez escondam, na sua contextura simplista e na humildade por que são propostos, uma tentativa para o ressurgimento do Instituto da Hiléia.

A presença da União, por intermédio dos organismos a que nos referimos, importância, se bem conduzidos, se real, se efetiva, numa ação política de alta relevância, pelo que se impõe a sua continuidade, a sua dinamização. Não é, todavia, o que está ocorrendo.

Ainda agora, por incrível que pareça, tentam responsáveis pelo desenvolvimento da técnica e da ciência brasileira, menosprezar o trabalho das duas instituições para preferir, num triste açodamento, o de um outro Instituto, sob chefia de estrangeiros, mantido por capital de fora e com os objetivos que aquêles nossos possuem e para cuja efetivação não se lhes dá, às vêzes, nem o mínimo necessário!

A INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA. FATÔRES ESPAÇO E TEMPO. A VISINHANÇA PROGRESSISTA. A MATURIDADE BRASILEIRA.

Representamos, no quadro físico do Brasil, metade de sua extensão territorial. Constituimos o deserto brasileiro, pela exigüidade populacional. Nosso progresso material não se vem processando com a velocidade por que êsse mesmo progresso ocorre no Nordeste e principalmente no sul de nossa Pátria. O desequilíbrio que ocorre entre a Amazônia e as demais áreas brasileiras não pode ser ignorado de quem quer que seja. O potencial de que dispomos, já conhecido, e o que poderá ser identificado em futuro próximo, assegurar-nos-á posição totalmente diferente. Será isso um sonho de quem lá nasceu e tem a paixão de sua região? Convém lembrar que em 1952, em reunião promovida no Rio de Janeiro para uma primeira tomada de consciência da realidade do extremo-norte, o grupo, que estudou as possibilidades minerais, concluiu pela inexeqüibilidade de programas de exploração do subsolo, por considerá-lo pobre e incapaz de uma reação afortunada ao capital que nêle fôsse investido. Poucos anos decorridos, o ferro do Vila Nova, o ferro do Jatapu, o sal-gema de Nova Olinda, o manganês de Serra do Navio, o manganês do Aripuanã a cassiterita de Rondônia, os depósitos de calcário de Maués e de Capanema, os depósitos de linhito do alto Solimões, eram revelados e alguns dêsses minérios explorados pelo capital indígena e alienígena.

A integração da Amazônia à civilização brasileira deve, no entanto, considerar os fatôres espaço e tempo. No tocante ao espaço, pela imensidade que o singulariza, impõe-se a sua ocupação. para, com a identificação do que é como possibilidade e potencial econômico, poder incorporar-se em definitivo á economia brasileira e mundial, a esta agora não mais naquelas condições de exportadora de matéria-prima, produtos primários, com preços impostos pelos mercados de consumo e portanto sujeitos a tôdas as flutuações e exigências que êles cobram. No tocante ao tempo, é preciso ter-se em mente que um mundo com a extensão da Amazônia, com os problmas de sua identificação e de sua ocupação, mesmo com as técnicas avançadas de que dispomos hoje para domar ambiente e impor a nossa vontade, disciplinando-o e humanizando-o não pode ser um domínio pleno sem que o tempo seja considerado devidamente.

As noções vizinhas que possuem as suas áreas amazônicas, já promovem as suas políticas de desenvolvimento, que refletem ma-

turidade, decisão e capacidade de realização. Seus programas são amplos, dinâmicos e já passaram da fase de gabinete para o campo da realização. O Brasil não pode continuar, portanto, aguardando que em futuro distante lhe venham a sobrar as energias necessárias para a grande aventura da imposição de sua vontade, integrando a Amazônia aos seus melhores padrões de civilização.

Sem descer ao uso de um ufanismo que não teria cabimento, não podemos tornar-nos indiferentes, aguardando que a solução venha amanhã ou depois de amanhã. Há urgência na ação governamental. Os espaços abertos como a Amazônia estão despertando interêsses suspeitos. Há fome de espaço para as multidões que se comprimem em certas áreas do mundo. Escreve-se uma literatura que não é impressionista nem fantasiosa, mas profundamente realista, indicando a Amazônia como a área própria para resolverem-se problemas daquêle tipo. Sustenta-se a tese de que as soberanias não podem ser mais invocadas quando os chamados "interêsses da humanidade" são mais importantes.

Impõe-se, por tudo isso, a elaboração urgente de uma consciência brasileira em tôrno à gravidade do problema da Amazônia. Essa consciência, no entanto, forjada sem exaltações demagógicas, com muito realismo e muita objetividade. E sem esquecer que a elevação dos padrões de vida das populações amazônicas será ponto de honra. Não se efetivará com resultados definitivos qualquer programa que ignore o homem como centro de cogitação.

No Forum da Amazônia, promovido pela Casa do Estudante do Brasil e coordenado pelo INPA., uma das conclusões fundamentais foi que a "CONSCIÊNCIA NACIONAL SÔBRE A AMAZÔNIA" constitui a área capítulo de extraordinária significação no desenvolvimento da economia brasileira. A consciência nacional, que vem sendo despertada em tôrno dêste tema, já modifica conceitos tradicionais e negativistas quanto á viabilidade econômica de aproveitamento de seus recursos e da sua efetiva integração no todo nacional. Tal tomada da consciência exige formulação precisa da ação do poder público, ao mesmo tempo que deve ser estimulado contínuo debate dos problemas da região.

O sentir nacional sôbre a Amazônia significa responsabilidades do poder central, em têrmos de encontrar soluções hábeis e racionais para atender às questões dessa área-problema, capaz de ser industrializada em prazo relativamente curto, convertendo-se em centro dinâmico autônomo. A aventura do exrativismo e o empirismo das soluções devem ser substituídos por ação coordenada de todos os instrumentos de política econômica das diversas esferas de Govêrno."

A integração da Amazônia aos melhores padrões da civilização brasileira, refletindo a maturidade que alcançamos, é, pois, tarefa pesada, grave, que exige impetuosidade, continuidade e o mais acendrado sentimento de brasilidade. Porque não significa apenas a operação de natureza material, mas empreendimentos visando ao resguardo da soberania e da potencialidade do Brasil.